



**CAMPO DE
OURIQUE**

JUNTA DE FREGUESIA

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE

CONCELHO DE LISBOA

ATA N.º 01/2026

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, a Assembleia de Freguesia de Campo de Ourique reuniu, pelas 21 horas, nas instalações da Biblioteca Espaço Cultural Cinema Europa, sita na Rua Francisco Metrass, nº 28, Campo de Ourique em Lisboa. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do Amaral, saudando os presentes, declarou aberta a primeira sessão ordinária do ano e verificou as seguintes presenças: Maria Joana Leiria Pinto de Sousa Lobo, João Pedro Teixeira Lagoas, Vasco Antunes Ferreira Leal Figueira, Pedro Alexandra Gomes Teixeira Luís, Patrícia Cristina Dias de Almeida Dávila, Hugo Ferraz de Abreu Perry da Câmara Vieira da Silva, Maria João Cristão Marques Luquet Brasil, Jaime Correia da Silva Matos, Virech Lhcmame Maugi (em substituição de Ângela Maria da Rocha Pinto), Dora Mattei Faggin. Registando-se a falta de João Vasco Cruzeiro de Oliveira Barata. Estiveram igualmente presentes a Senhora Presidente da Junta da Freguesia, Dr^a. Ana Maria de Campos Pedroso Mateus, assim como os vogais Mafalda Acensão Cambeta, Maria Madalena Miguel Cardoso, António Maria Sarzedas Belmar da Costa, João Luís Fernandes Scarpa Simões. -----

Seguidamente, verificando-se a existência de pedidos de intervenção por parte do público, foi dada a palavra à Senhora Luciana Alegria que expôs algumas preocupações relativas ao funcionamento das atividades de apoio à infância e tempos livres (CAF/AAAF), demonstrando apreensão face a possíveis despedimentos de monitores, sublinhando que a rotatividade excessiva impede a criação de vínculos de confiança e de referência entre os adultos e as crianças, o que compromete a sensação de segurança dos alunos. Mais questionou, a existência de critérios distintos entre a 'Praia-Campo' promovida pela Junta de Freguesia e a organizada pela Escola, nomeadamente



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

quanto à frequência das idas à praia e ao tipo de atividades planeadas, solicitando esclarecimentos para transmitir aos restantes encarregados de educação. -----

No uso da palavra, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, após cumprimentar os membros da Mesa, os Vogais, os trabalhadores da autarquia e o público presente, solicitou a intervenção da Vice-Presidente e Vogal com o pelouro da Educação, Mafalda Cambeta, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

A Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, começou por agradecer a presença da freguesia, sublinhando a importância de esclarecer equívocos. Expôs que, sempre coexistiram dois programas distintos e que a novidade deste executivo foi o alargamento da oferta para a faixa etária dos 3 aos 5 anos. Sobre as atividades, contrapôs que apenas houvesse uma saída semanal na escola, confirmando que estão previstas duas saídas de autocarro por semana, para além de outras atividades locais (cinema ou jardim) que não requerem transporte. Explicou ainda que, ao contrário do passado, as inscrições no programa da Junta estão agora abertas a todos os interessados, independentemente de frequentarem ou não a escola pública. Afirmou não terem ocorrido despedimentos, referindo que a Junta convidou todos os profissionais a manterem-se. Explicou que, sendo a CAF uma competência delegada (e não própria), os contratos são anuais (prestação de serviços), o que dificulta a integração nos quadros e gera precariedade. Admitiu que a rotatividade é um problema real do setor que a Junta tenta mitigar tendo, inclusivamente, debatido o tema com a Câmara Municipal de Lisboa para procurar soluções que valorizem estes profissionais. -----

A Senhora Lúcia Nunes manifestou preocupação com a falta de espaços públicos gratuitos para o desporto juvenil na freguesia, sublinhando que o custo das atividades privadas exclui as famílias com menores rendimentos. Alertou para as consequências desta carência na saúde mental dos jovens e criticou o acesso limitado a recintos desportivos (citando o caso dos Salesianos). Terminou questionando o Executivo sobre a existência de planos para a criação de novos campos de basquetebol ou a reativação de iniciativas como as "ruas abertas". -----

A Vogal Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, reconheceu a carência de espaços desportivos públicos na freguesia, informando sobre os planos para colmatar esta falha, adiantou a previsão de dois novos pavilhões desportivos: um na encosta de Maria Pia (Quinta do Loureiro) e outro na Escola Manuel da Maia. Relativamente a este último,



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

referiu que a Junta está em articulação com a Câmara Municipal para garantir que o pavilhão tenha um acesso exterior independente, permitindo a sua utilização pela comunidade fora do horário escolar. Anunciou que, a curto prazo, a Junta planeia promover atividades desportivas ao ar livre aos sábados de manhã, destinadas a todas as faixas etárias, aproveitando o período de verão. -----

O Senhor Sasha Hart, expôs a sua preocupação com a mobilidade suave na freguesia, relatando o atropelamento do filho e o furto de bicicletas num parque da EMEL, questionando a falta de soluções de estacionamento seguro para bicicletas, contrastando a elevada oferta de lugares para automóveis e motos com a escassez e insegurança dos "bici-parques". Criticou o foco das obras de renovação da Rua Ferreira Borges na circulação automóvel, lamentando a ausência de uma ciclovia que garanta a segurança dos utilizadores e ajude a cumprir as metas de sustentabilidade da cidade. Questionou o Executivo sobre planos concretos para avançar com uma rede ciclável conectada e segura, que promova o uso da bicicleta como alternativa de transporte económica e saudável. -----

A Vogal Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, apresentou atualizações positivas sobre a mobilidade suave na freguesia, informando que, após articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, foi confirmada a instalação de diversos pontos de estacionamento para bicicletas ao longo da Rua Ferreira Borges, convertendo zonas que anteriormente estavam destinadas apenas a motociclos. Anunciou que a Junta de Freguesia irá instalar estacionamentos próprios para bicicletas, estando o Gabinete de Obras e Espaço Público a analisar orçamentos para iniciar a instalação brevemente. Reiterou o compromisso do Executivo em valorizar todos os meios de transporte. Esclareceu que a implementação de ciclovias é da competência exclusiva da Câmara Municipal. Informou ter enviado um pedido de esclarecimentos à Vereadora do pelouro, aguardando resposta, e comprometeu-se a informar o munícipe assim que existirem novidades. -----

O Senhor António Manuel Teixeira, lamentou a falta de resposta a um pedido de reunião enviado via email à Vogal Mafalda Cambeta e criticou os tempos excessivos de espera no atendimento telefónico da Junta de Freguesia. Contestou o horário das reuniões de Executivo (17h00), argumentando que o mesmo inviabiliza a participação dos fregueses que se encontram em horário laboral. Questionou o critério de exclusividade dos



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

passeios de fim de semana para maiores de 60 anos, defendendo que esta faixa etária já dispõe de atividades durante a semana (Universidade Sénior) e que o fim de semana deveria ser aberto a outros fregueses com menor disponibilidade semanal. Apontou a necessidade de antecipar o horário de início do autocarro de bairro, referindo que a atual carreira não serve os trabalhadores que precisam de se deslocar para interfaces como Sete Rios ou Rato cerca das 07h00. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, informou que os serviços da Junta de Freguesia se encontram em pleno funcionamento e que todas as chamadas são atendidas dentro da capacidade logística do momento. Ressalvou que eventuais tempos de espera decorrem do elevado volume de solicitações presenciais e telefónicas, comprometendo-se, todavia, a verificar a situação reportada. Referiu que o horário das 17h00 tem sido a norma e que as reuniões têm registado uma elevada participação. Salientou que qualquer alteração de horário depende de aprovação do Executivo, mas que, até à data, não foram identificados constrangimentos que justifiquem essa mudança. Elucidou que a oferta de passeios não é exclusiva de fins de semana nem se limita a uma faixa etária, citando como exemplo a recente visita à Casa-Museu Amália Rodrigues, realizada a uma sexta-feira. Sugeriu que o freguês acompanhasse com regularidade a divulgação das atividades para identificar as que se adequam à sua disponibilidade. -----

Seguidamente, a Vogal Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, relativamente aos restantes pontos, esclareceu que não houve ausência de resposta por parte da Junta de Freguesia informando que o email enviado continha diversos assuntos que exigiram a articulação com outras entidades e refutou a falta de resposta, sublinhando que foram desencadeadas as ações necessárias junto das instâncias envolvidas. Escusou-se a discutir pormenores do caso em sessão pública, por se tratar de matérias do foro pessoal e da área social, reafirmando a sua disponibilidade para tratar o assunto pelas vias institucionais adequadas (correio eletrónico ou canais privados da ação social), garantindo confidencialidade e a proteção da privacidade. -----

Não havendo mais intervenções, deu-se início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD). Constatada a existência de pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente Luciano Amaral, questionou os membros da Assembleia sobre a intenção de intervirem para solicitar informações à Junta de Freguesia, dando a palavra aos inscritos. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Dora Moneti Faggini (PCP), questionou o modelo de renovação de contratos para o próximo ano letivo, manifestando preocupação com a continuidade dos profissionais que se encontram em regime de prestação de serviços. Solicitou o ponto de situação e previsões de obra para o pavilhão da Quinta do Loureiro. Sugeriu ainda que a Junta avalie a possibilidade de abrir os recintos desportivos das escolas da freguesia ao público durante os fins de semana. Registou positivamente o aumento de lugares de estacionamento para bicicletas, mas reforçou a necessidade de garantir condições de segurança na circulação, questionando o desenho da requalificação da Rua Ferreira Borges neste âmbito. -----

Relativamente às questões colocadas, a Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, reiterou que não há intenção de dispensar colaboradores, informando que os contratos atuais vigoram até julho. Explicou que os monitores que detêm o contrato até ao mês de julho e que pretendam manter-se ao serviço no próximo ano letivo (setembro) devem sinalizar essa vontade junto da Diretora de Educação, Beatriz Camacho. Esclareceu que a gestão dos recintos escolares compete aos Diretores de Agrupamento e que muitos destes espaços já têm ocupação aos fins de semana com atividades próprias ou de associações. Comprometeu-se, todavia, a analisar junto dos agrupamentos a viabilidade de permitir o acesso individual ou comunitário, salvaguardando as questões de segurança e responsabilidade pela abertura dos estabelecimentos. -----

Hugo Vieira da Silva (PS), questionou se os novos contratos dos monitores mantêm as condições anteriores ou se existem alterações significativas. No âmbito do programa "Praia Campo/CAF", fez uma contextualização temporal recordando que, embora fossem programas distintos, as atividades foram equiparadas no mandato anterior para garantir a igualdade entre todos os participantes. Solicitou uma atualização sobre a calendarização das obras na Escola Manuel da Maia e a previsão para o pavilhão da encosta, questionando o ponto de situação do projeto de arquitetura. Perguntou sobre o estado das conversações com a CML relativamente à ligação da rede ciclável de Campo de Ourique (atualmente isolada) ao resto da cidade, nomeadamente através da Rua Marquês de Fronteira e da Avenida de Ceuta. Questionou ainda a EMEL sobre a instalação da doca "Gira" prevista para a zona da Igreja de Santo Condestável. Manifestou preocupação com o abate de árvores na Rua Ferreira Borges, solicitando esclarecimentos sobre se resultaram de incidentes em obra. Indagou sobre a questão



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

da segurança rodoviária, sugerindo a implementação das medidas em curso na Rua Sampaio Bruno. Sugeriu a retoma da transmissão online em direto das reuniões de Executivo e a disponibilização de um formulário para perguntas à distância, visando facilitar a participação dos fregueses que não podem estar presentes às 17h00. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, informou que, até ao momento, a Junta de Freguesia não dispõe de novos dados técnicos ou informações atualizadas sobre os projetos do pavilhão e das ciclovias. Quanto à questão das medidas rodoviárias, informou que irá questionar o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para aferir o planeamento previsto para a freguesia. No âmbito de uma visita técnica recente à obra com o executivo municipal, esclareceu que o abate de alguns exemplares se deveu ao estado fitossanitário das árvores e ressaltou que a política da Vereação do Ambiente da CML prioriza o transplante em detrimento do abate, pelo que solicitará informações detalhadas adicionais para esclarecimento da população. Em complemento, a Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, confirmou que os contratos dos monitores sofreram alterações profundas face ao mandato anterior e explicou que os novos contratos são agora muito mais descritivos e rigorosos, com tarefas e obrigações claramente definidas e um preço estabelecido para todo o ano, visando garantir maior controlo sobre os resultados. Refutou a ideia de que as atividades da "Praia Campo" (Junta) e do "CAF" (Escola) fossem idênticas no passado. Esclareceu que o programa organizado diretamente pela Junta de Freguesia previa saídas diárias à praia com recurso a autocarro, ao contrário do modelo aplicado ao CAF, defendendo que a atual gestão introduziu melhorias e clarificações nestas distinções. -----

Dando por encerrado o PAOD, o Presidente da Assembleia, Luciano Amaral, deu início ao Período da Ordem do Dia (POD), com a apresentação do expediente recebido, referente a receção de uma carta do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas sobre questões laborais na Junta, considerou o assunto devidamente esclarecido face à resposta já enviada pelo Executivo. -----

Pedida a palavra, Hugo Vieira da Silva (PS), solicitou que o referido expediente, bem como a resposta da Junta, fossem partilhados com todos os membros da Assembleia (via pasta partilhada), argumentando que o conteúdo de comunicações dirigidas à Assembleia deve ser do conhecimento de todos os eleitos sendo que, o Presidente da Assembleia anuiu ao pedido. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Ponto 1: Apreciação e votação da Ata n.º 2/2025. -----

O Presidente da Assembleia submeteu à apreciação a Ata n.º 2/2025, relativa à sessão de 22 de dezembro de 2025. Não havendo propostas de alteração ou retificação, procedeu-se à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da Proposta n.º 01/JFCO/2026 - Nomeação do auditor externo que ficará responsável pela certificação legal das contas da Freguesia de Campo de Ourique para os exercícios económicos de 2025 e 2026. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, procedeu à apresentação da proposta, sublinhando que o início de um novo mandato autárquico impõe a necessidade de nomear um auditor externo, com a qualificação de Revisor Oficial de Contas (ROC), para proceder à certificação legal das contas da freguesia. Informou que foi realizada uma consulta ao mercado, tendo-se priorizado entidades com vasta experiência na área das autarquias locais, especificamente no âmbito das freguesias e identificou a sociedade Telma Carreira Curado & Associados, SROC, Lda. como a entidade selecionada para estas funções, sendo que a proposta em apreciação visa a ratificação da nomeação da referida sociedade para assegurar a auditoria e certificação das contas relativas aos exercícios económicos de 2025 e 2026. -----

Dora Moneti Faggin (PCP), questionou qual o valor associado à contratação, referindo que o mesmo não era claro na proposta e indagou se foram analisadas pelo menos três propostas distintas ou se a entidade proposta foi a única identificada com os critérios exigidos pelo Executivo. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, esclareceu que a proposta em apreço visava a ratificação da nomeação e que o procedimento seguiu todos os trâmites legais. Foram consultadas outras entidades, tendo a escolha recaído sobre a proposta que melhor cumpria os critérios técnicos e a experiência exigida. Confirmou que o valor base da adjudicação é de 19.000,00€ (dezanove mil euros) acrescidos de IVA, valor correspondente ao total dos dois anos de contrato (2025-2026). Finda a discussão, colocada a Proposta n.º 01/JFCO/2026 à votação, a mesma foi aprovada com 7 (sete) votos a favor (PSD – 4, CDS – 1, IL – 1, CH – 1) e 5 (cinco) abstenções (PS – 4, PCP – 1), não se verificando votos contra. A proposta foi aprovada por maioria. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Nesta altura, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, solicitou a inversão da ordem de apreciação das propostas seguintes, por uma questão de coerência lógica dos documentos. Propôs que a Proposta n.º 137/JFCO/2026 (Prestação de Contas) fosse apreciada antes da Proposta n.º 136/JFCO/2026. Consultados os membros da Assembleia, e não havendo oposição, a alteração da ordem de trabalhos foi aceite. -----

Ponto 3: Proposta n.º 137/JFCO/2026 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2025. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao ponto relativo à análise dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2025, concedendo a palavra ao Executivo para a respetiva apresentação. -----

No uso da palavra, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, procedeu à exposição dos principais indicadores financeiros, destacando a taxa de execução orçamental e o rigor na gestão dos dinheiros públicos durante o ano transato, sublinhando que as contas refletem o cumprimento integral do plano de atividades aprovado. Expôs que as contas apresentam uma situação de equilíbrio financeiro, sendo consideradas fiáveis e conformes ao referencial contabilístico (SNC-AP). Todavia, apontou uma baixa autonomia financeira devido à dependência de transferências externas e uma estrutura de despesa rígida, focada em encargos com pessoal e aquisição de serviços. Acresce que, o relatório evidenciou limitações herdadas do mandato anterior, nomeadamente ao nível do planeamento orçamental, falta de mecanismos de contabilidade de gestão e fragilidades nos procedimentos de contratação pública e controlo interno. Salientou que, o exercício de 2025 abrange dois momentos de governação distintos. Afirmou que, detetados sinais de dúvida nos procedimentos administrativos logo após a tomada de posse, em novembro de 2025, o atual Executivo agiu de imediato, implementando medidas de reforço de controlo, transparência e reorganização de processos, independentemente das conclusões da auditoria agora apresentada. Adicionalmente, defendeu que a realização de uma auditoria externa deve constituir uma prática anual, de natureza complementar, à certificação legal de contas. Reiterou que o objetivo não é apenas garantir "contas certas", mas assegurar "processos certos", com maior rigor e transparência no reporte à Assembleia de Freguesia e aos cidadãos. Mais acrescentou que, o auditor emitiu uma



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

opinião sem reservas, confirmando que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Freguesia, validando a solidez da base económica atual. -----

No período de discussão, Pedro Pinto (CH), saudou a Mesa e os presentes, referindo que, embora a solidez financeira da freguesia pareça assegurada, a análise ao relatório de auditoria revela irregularidades graves na gestão administrativa. Destacou, nomeadamente, as situações elencadas no capítulo sétimo do documento, apontando a inexistência de procedimentos de contratação formal em diversos casos, a falta de publicação de contratos no portal BASE e situações em que a publicação ocorreu apenas após o respetivo pagamento. Também, alertou para indícios de fracionamento de despesa e para a celebração de contratos com entidades que já haviam ultrapassado os limites legais previstos no artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, terminando a sua intervenção com um pedido de esclarecimento tecnicamente credível e juridicamente fundamentado para este conjunto de desconformidades. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, Luciano Amaral, concedeu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, para responder às questões levantadas, a qual salientou que os esclarecimentos técnicos detalhados seriam prestados pela Revisora Oficial de Contas (ROC), Dr.ª Telma Curado, da sociedade Telma Carreira Curado & Associados, que se deslocou ao púlpito para o efeito e respondeu às questões sobre as desconformidades na contratação pública, clarificando os seguintes aspetos: -----

Quanto às irregularidades identificadas (até 04/11/2025), confirmou que a auditoria apurou diversas situações de incumprimento dos artigos 113.º e 127.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). Especificou que foram detetados pagamentos e faturas registadas sem a devida publicação prévia dos contratos no portal BASE, bem como falhas no controlo dos limites legais de contratação acumulados nos últimos três exercícios económicos. -----

Relativamente à alteração de Procedimentos (após 04/11/2025), informou que, após a tomada de posse do atual Executivo, verificou-se uma mudança no modelo de funcionamento. Destacou a implementação do software *GESAutarquia* para a gestão e controlo informático dos procedimentos de contratação. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

No tocante a falhas de publicação verificadas entre novembro e dezembro de 2025, esclareceu que as mesmas se deveram à impossibilidade técnica de acesso ao portal BASE por parte da nova equipa, situação que foi devidamente justificada. -----

Concluiu referindo que o relatório contém um conjunto de recomendações fundamentais para assegurar que as futuras decisões de abertura de procedimentos sejam devidamente fundamentadas, transparentes e cumpram escrupulosamente todos os requisitos legais previstos no CCP (nomeadamente os artigos 113.º e 114.º). -----

Pedro Pinto (CH), agradeceu os esclarecimentos técnicos, mas considerou necessário aprofundar a análise sobre as consequências das falhas detetadas, questionando o ROC sobre os riscos concretos decorrentes do incumprimento legal, nomeadamente ao nível da responsabilidade financeira (sancionatória), da transparência e da eventual nulidade ou anulabilidade dos contratos celebrados nestas condições. Sublinhou que o fracionamento é proibido pelo Código dos Contratos Públicos por violar os princípios da concorrência e permitir a fuga a procedimentos de contratação mais exigentes. Solicitou uma opinião técnica sobre a gravidade destas situações e as potenciais sanções associadas a estas práticas de gestão. -----

Vasco Figueira (IL), considerou as conclusões do relatório preocupantes para a transparência da gestão pública e solicitou esclarecimentos sobre as razões técnicas que impediram o atual Executivo de aceder ao portal BASE no período referido, impossibilitando o cumprimento das obrigações de publicitação. Indagou se o software *GESAutarquia* veio substituir algum sistema digital anteriormente em uso ou se colmatou uma ausência de ferramentas informáticas de gestão. Questionou se este novo sistema garante a plena implementação das recomendações do relatório de auditoria, assegurando a conformidade legal dos procedimentos de contratação para o futuro. -----

A Dr.^a Telma Curado respondeu às questões sobre as consequências das irregularidades e a metodologia de auditoria, assinalando que as violações das normas do Código dos Contratos Públicos (CCP) acarretam consequências diretas previstas na lei, incluindo riscos reputacionais e financeiros. Destacou que o pagamento de serviços antes da sua devida publicitação no portal BASE pode, efetivamente, resultar na nulidade dos contratos. Esclareceu que o relatório é factual e resulta de uma validação efetuada por amostragem em diversas áreas (bens, serviços e empreitadas), não



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

constituindo uma auditoria integral a todos os procedimentos realizados no período. Informou que a sociedade de auditores emite relatórios semestrais de acompanhamento da situação económica e financeira, abrangendo não só a contabilidade patrimonial, mas também a orçamental (conforme as normas NCP 26 e 27). Sublinhou que o rigor nestes relatórios visa garantir a transparência processual, dada a complexidade da tramitação nas autarquias locais. Comprometeu-se a manter este modelo de reporte para o próximo exercício de 2026, com referência a 30 de junho e 31 de dezembro, acompanhando a certificação legal de contas com o relatório anual completo. -----

No uso da palavra, a Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, esclareceu que, durante o período de transição de pastas, o Executivo constatou que as credenciais de acesso ao portal não estavam na posse dos serviços da Junta, mas sim de uma sociedade de advogados externa que prestava serviços ao anterior Executivo. Informou que a nova palavra-passe foi solicitada diretamente ao Portal BASE tendo a mesma sido emitida apenas no fim de janeiro, estando a situação a regularizar-se com a publicitação e atualização dos contratos desde então. Destacou que a adoção da plataforma *GESAutarquia* visou cumprir o objetivo de transparência e desmaterialização de processos. Explicou que o sistema garante o registo digital de toda a tramitação — desde a fundamentação da necessidade e cabimento orçamental até à decisão final — permitindo um histórico auditável, seguro e de fácil acesso para consulta dos serviços e de entidades externas. Sublinhou que o novo modelo elimina o risco de perda de documentação física e assegura que todos os despachos e anexos ficam registados em servidor, facilitando futuras auditorias e o acompanhamento rigoroso por parte do Executivo e dos diretores de serviço. -----

Hugo Vieira da Silva (PS), iniciou a sua intervenção congratulando-se com a solidez financeira evidenciada no relatório, que garante ao atual Executivo uma base estável para trabalhar. Relativamente às questões levantadas pela auditoria e pelos restantes eleitos, referiu que os problemas de acesso e de publicação no Portal BASE eram recorrentes devido a instabilidades técnicas da própria plataforma e de conflitos de sincronização com as plataformas de contratação pública, o que dificultava o cumprimento rigoroso dos prazos de publicitação. Afirmou ter a convicção de que os serviços da Junta possuíam as credenciais de acesso, explicando que a intervenção de um escritório de advogados externo servia precisamente para garantir validação jurídica



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

e conformidade legal de todos os processos de contratação. Refutou a afirmação do eleito do Chega sobre os "indícios de fracionamento de despesa" e sublinhou que o relatório refere apenas situações "suscetíveis" de o constituírem, defendendo que uma análise específica a cada caso demonstraria a inexistência de irregularidades intencionais. Considerou natural a evolução das exigências de transparência e controlo. Saudou a implementação do software *GESAutarquia*, referindo ser uma medida que já estava nos planos do anterior Executivo e que representa um passo positivo na modernização administrativa da freguesia. -----

Pedro Pinto (CH) congratulou o Executivo pela implementação do novo software de gestão, considerando-o uma mais-valia para a transparência. Em resposta à intervenção anterior do eleito do PS, reiterou a sua preocupação com o relatório de auditoria, citando o trecho que refere à celebração de múltiplos contratos com os mesmos fornecedores. Defendeu que os factos descritos no relatório são objetivos e que a gravidade das situações de contratação pública deverá ser devidamente esclarecida pelas instâncias competentes. -----

Pedro Luís (CDS-PP), manifestou a sua preocupação relativamente ao ponto do relatório dedicado à contratação pública e sublinhou que os procedimentos descritos não se afiguram devidamente clarificados, acompanhando as dúvidas levantadas por outros membros da Assembleia e apelando a um pleno esclarecimento das irregularidades apontadas. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, encerrou o debate reiterando que a decisão de avançar para uma auditoria externa e para a implementação de novas ferramentas de gestão digital visou precisamente garantir que a Freguesia de Campo de Ourique siga os mais elevados padrões de rigor e transparência. Sublinhou a disponibilidade do Executivo para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, com vista à implementação de mecanismos de controlo mais rigorosos e em plena conformidade com o quadro legal vigente. -----

Colocada a Proposta n.º 137/JFCO/2026 à votação, os documentos de Prestação de Contas de 2025 foram aprovados com 7 (sete) votos a favor (PSD – 4, CDS – 1, Livre – 1) e 5 (cinco) abstenções (PS – 4, PCP – 1), não se verificando votos contra. A Proposta foi aprovada por maioria. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta n.º 136/JFCO/2026 – Primeira Revisão Orçamental de 2026. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, Luciano Amaral, deu início ao ponto relativo à primeira alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e seis. Por solicitação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dr.ª. Ana Mateus, a palavra foi concedida à Vogal Tesoureira, Maria Madalena Cardoso, para proceder à apresentação técnica da proposta, a qual, no uso da palavra, informou que a mesma visa a integração do saldo de gerência apurado no exercício de 2025 no orçamento corrente de 2026. Esclareceu que o montante a integrar perfaz o total de 1.135.824,41 € (um milhão, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro euros e quarenta e um cêntimos). Mais salientou que a referida revisão orçamental se afigura como um procedimento necessário para viabilizar a aplicação desta receita orçamental nos projetos e atividades planeados para o corrente ano, garantindo a continuidade da execução das Grandes Opções do Plano. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento por parte dos membros da Assembleia, o Senhor Presidente colocou a Proposta n.º 136/JFCO/2026 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 7 (sete) votos a favor (PSD – 4, CDS – 1, IL – 1, CH – 1) e 5 (cinco) abstenções (PS – 4, PCP – 1), não se verificando votos contra. A proposta foi aprovada por maioria. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da Proposta n.º 829/JFCO/2025 – Protocolo de Cooperação com o Clube Nacional de Natação. -----

A Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, esclareceu os termos do protocolo de cooperação com o Clube Nacional de Natação (CNN) para a época desportiva em curso (até 31 de agosto) afirmando que o acordo garante aos residentes de Campo de Ourique um desconto de 30% nas mensalidades das modalidades de Hidro Sénior e Hidroterapia mediante a apresentação de um atestado de residência, o qual será emitido pela Junta de Freguesia com isenção de custos. Mais referiu que esta parceria visa promover o acesso a equipamentos desportivos de proximidade, funcionando como um complemento à oferta das piscinas de São Bento. Concluiu informando que, no próximo mês de setembro, será submetida uma nova proposta de protocolo relativa à época desportiva seguinte. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Hugo Vieira da Silva (PS), saudou a celebração do protocolo, destacando o papel estratégico do Clube Nacional de Natação na freguesia e na cidade, mas propôs que, em alternativa ao atestado de residência, fosse aceite a certidão de recenseamento eleitoral (obtida online), argumentando que esta medida tornaria o processo mais ágil para o cidadão e evitaria a sobrecarga dos serviços da Junta com a emissão de um elevado volume de atestados. -----

Dora Moneti Faggin (PCP), solicitou esclarecimentos sobre as condições de acesso ao protocolo, questionando se as modalidades abrangidas pelo desconto de 30% se limitam a horários diurnos (até às 17h00). Alertou que tal limitação exclui a população ativa que trabalha durante o dia, sugerindo uma reflexão sobre o alargamento do benefício. Mais indagou, se o protocolo prevê a existência de vagas gratuitas para famílias em situação de vulnerabilidade económica que não tenham capacidade para suportar o custo das mensalidades, mesmo com o desconto aplicado. Defendeu que, face à escassez de recintos desportivos públicos na freguesia, o protocolo deveria assegurar esta vertente social inclusiva. -----

A Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, relativamente à sugestão de substituir o atestado de residência pela certidão de recenseamento, informou que o critério do atestado foi uma exigência do próprio Clube Nacional de Natação. No entanto, comprometeu-se a analisar com a instituição a possibilidade de simplificar este procedimento na renovação do protocolo para a próxima época. Reconheceu as limitações de horários e a ausência de vagas gratuitas no presente documento, mas sublinhou que a prioridade deste Executivo foi assegurar, desde já, um benefício (desconto de 30%) que os residentes de Campo de Ourique não tinham anteriormente, ao contrário de freguesias vizinhas. Considerou que este protocolo é um passo inicial positivo e uma mais-valia para os fregueses. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou a Proposta n.º 29/JFCO/2025 à votação, tendo a mesma sido aprovada, não se verificando abstenções ou votos contra. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 6: Proposta n.º 47/JFCO/2026 - Celebração de Protocolo com a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental tendo em vista a execução do Projeto denominado “Vet na Rua”. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

A Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, apresentou o projeto “Vet na Rua”, destacando que o projeto visa apoiar famílias em situação de vulnerabilidade económica comprovada que possuam animais de companhia, garantindo que não tenham de abdicar da sua própria alimentação para sustentar os animais de companhia. O protocolo oferece procedimentos médico-veterinários gratuitos, incluindo vacinação, desparasitação, identificação eletrónica (microchip) e acompanhamento clínico essencial. Os beneficiários serão identificados e sinalizados pelos serviços de Ação Social da Junta de Freguesia, seguindo-se uma avaliação técnica pela equipa da Animalife. -----

Não havendo pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia, o Senhor Presidente colocou a Proposta n.º 47/JFCO/2026 à votação, tendo a mesma sido aprovada, não se verificando abstenções ou votos contra. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Proposta n.º 48/JFCO/2026 – Protocolo de Cooperação com o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados. -----

A Senhora Presidente da Junta, Dra. Ana Mateus, apresentou a proposta, sublinhando o impacto social da medida uma vez que o protocolo visa a prestação de serviços de consulta jurídica, nas instalações da Junta de Freguesia, por um advogado nomeado pela Ordem dos Advogados. O serviço destina-se a cidadãos recenseados na freguesia que comprovem situação de insuficiência económica e tem como objetivo, garantir apoio e orientação jurídica a quem não possui recursos financeiros, facilitando o esclarecimento de questões legais e o devido encaminhamento processual constituindo, por isso, um serviço essencial de proximidade e apoio ao cidadão. -----

Dora Moneti Faggin (PCP) saudou a iniciativa, considerando-a um passo importante para a democratização do serviço público, mas questionou como será feita a divulgação para que a informação chegue efetivamente às pessoas mais vulneráveis e onde ocorrerão os atendimentos. Sugeriu que, no futuro, a Assembleia tenha acesso ao número de atendimentos e às áreas jurídicas de maior procura, para melhor compreender as carências da população. Indagou sobre a periodicidade das consultas e se existe um plano de contingência caso a procura supere o número de atendimentos previstos. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Vasco Figueira (IL), felicitou o Executivo pelo foco no acesso ao Direito e questionou se o mecanismo de verificação da insuficiência económica é partilhado e centralizado com as restantes valências de apoio social da Junta. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus e a Vogal Vice-Presidente, Mafalda Cambeta adiantaram que o atendimento será realizado nas instalações da Junta por um advogado nomeado pela Ordem dos Advogados. Confirmaram que todas as renovações de protocolos são acompanhadas por relatórios anuais de execução, que servem de base para a fundamentação da continuidade do serviço. Esclareceram que o modelo de funcionamento do protocolo permite tipificar as matérias jurídicas mais consultadas para fins estatísticos, garantindo a transparência sem comprometer os dados pessoais dos utentes. Confirmaram que a validação da insuficiência económica segue os trâmites rigorosos já aplicados pelos serviços de Ação Social da freguesia. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente colocou a Proposta n.º 48/JFCO/2026 à votação, tendo a mesma sido aprovada, não se verificando abstenções ou votos contra. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8: Apreciação e votação da Proposta n.º 53/JFCO/2026 – Aceitação de Doação de Obra de Arte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia introduziu a proposta relativa à aceitação da doação de uma pintura, acrílico sobre tela, da autoria da artista Maísa Champalimaud, sem quaisquer encargos ou contrapartidas para a autarquia. No uso da palavra, a Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, informou que, por imperativo legal, todas as doações feitas à Junta de Freguesia devem ser submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia. Destacou que a obra tem um valor estimado de 3.750,00 € (três mil, setecentos e cinquenta euros), agradecendo formalmente à artista pela generosidade e sublinhando a honra de integrar esta peça no património da Freguesia. -----

Seguidamente, Hugo Vieira da Silva (PS) saudou a iniciativa e a artista, referindo que a obra resultou de uma atividade desenvolvida em parceria com crianças da freguesia. Sugeriu que, aquando da colocação da obra em exposição pública, seja realizada uma cerimónia com a presença da autora. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou a Proposta n.º 53/JFCO/2026 à votação, tendo a mesma sido aprovada, não se verificando abstenções



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

ou votos contra. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Pontos 9 e 10: Apreciação da Informação Escrita da Presidente à Assembleia de Freguesia (dezembro de 2025 e 1.º Trimestre de 2026). -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, justificou a apresentação separada dos documentos para distinguir o período de transição de mandatos. No seu balanço, salientou o sucesso da Festa de Natal de 2025 e as iniciativas realizadas no início de 2026, como as celebrações da Páscoa e os passeios destinados à população sénior, nomeadamente a visita a Aljubarrota. Também, realçou o empenho do Executivo na gestão da comunicação com os residentes e todas as ações desenvolvidas para assegurar a proximidade com a população, face aos constrangimentos das obras em curso na Rua Ferreira Borges. Informou, ainda, sobre a criação de uma linha direta de contacto destinada a prestar esclarecimentos aos fregueses e a mitigar o desconforto e as incertezas inerentes à empreitada. Aproveitou o momento para agradecer à trabalhadora Filipa Casimiro pelo seu enorme esforço, destacando que o feedback recebido comprovou a importância deste trabalho para que as pessoas se sentissem mais confortáveis. Por último, reiterou que o investimento em novas ferramentas de gestão digital tem sido fundamental para garantir a eficácia e a transparência dos serviços da autarquia. -----

No período de discussão, Vasco Figueira (IL), manifestou o seu desagrado com o estado atual da Praça Afonso do Paço, referindo que a intervenção realizada é insuficiente. Criticou a acumulação de entulho nas zonas envolventes às árvores e a ausência de tratamento paisagístico, solicitando uma intervenção urgente na jardinagem daquele espaço. -----

Em resposta, a Vice-Presidente, Mafalda Cambeta, esclareceu que o projeto original não foi totalmente executado devido a um impasse com o Metropolitano de Lisboa, entidade responsável pela instalação do parque infantil. Informou que, apesar das diligências efetuadas, não houve novos desenvolvimentos por parte do Metro, pelo que o Executivo pondera concluir a obra e a jardinagem por meios próprios, de forma a não prolongar o estado atual da praça. -----

Seguidamente, Hugo Vieira da Silva (PS) prestou esclarecimentos sobre o histórico da obra, confirmando que o arranjo dos canteiros laterais foi preterido para permitir a entrada de máquinas pesadas do Metropolitano de Lisboa. Denunciou que o entulho



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

acumulado resulta de descargas ilegais de empreiteiros externos e sugeriu que a Junta avance com a construção do referido parque. Propôs ainda que a autarquia negocie com o Metropolitano a conversão dessa obrigação legal — prevista no relatório da APA como compensação à freguesia — na construção de novos parques infantis em outros locais, nomeadamente na zona da Igreja do Santo Condestável ou na Rua Gorgel do Amaral, salvaguardando os benefícios negociados para a população. -----

Nada mais havendo a tratar, o Segundo Secretário da Mesa procedeu à leitura da ata em minuta relativa à presente sessão que, colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Antes do encerramento da sessão, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Ana Mateus, expressou o seu agradecimento público aos funcionários da autarquia presentes, nomeadamente, aos Diretores de Departamento, sublinhando a importância do apoio técnico e logístico prestado ao Executivo no decurso dos trabalhos. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do Amaral, deu por encerrados os trabalhos quando eram 23 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e pelo primeiro secretário que a redigiu. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia: -----

(Luciano Manuel Santos Moura Henriques do Amaral) -----

O Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia -----

(João Pedro Teixeira Lagoas) -----